



Revista eletrônica de ciências sociais aplicadas.

ISSN: 1980-0193

ARTIGOS COMPLETOS/COMPLETS ARTICLES

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE CERÂMICA EM SALINAS, MINAS GERAIS

Nathália de Fátima Joaquim ⁽¹⁾

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/MG

Janio Caetano de Abreu ⁽²⁾

Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ/MG

Ana Alice Vilas Boas ⁽³⁾

Vânia Aparecida Rezende de Oliveira ⁽⁴⁾

Universidade Federal de Lavras – UFLA/MG

RESUMO

No intuito de minimizar os impactos socioeconômicos vivenciados pela população carente da cidade de Salinas, situada no Estado de Minas Gerais, surge o processo de incubação de empresas como uma alternativa aos artesãos para a maximização da utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais. Assim, denota-se que, por meio da criação de uma associação destes artesãos, pode se construir uma alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Este trabalho foi desenvolvido durante o ano de 2008 e teve como objetivo identificar as potencialidades para se constituir uma associação na cidade de Salinas, para que se pudesse implantar o centro de cerâmica nesta cidade. Partiu-se do pressuposto de que um intercâmbio de conhecimento entre as associações de artesãos da Mesorregião de São João Del-Rei, em Minas Gerais, pudessem contribuir para o enriquecimento dos artesãos de Salinas. A partir desta identificação e classificação foram propostas novas alternativas de autogestão, economia solidária e cooperação para que também os artesãos de Salinas pudessem ser assistidos pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São João Del-Rei. O trabalho foi orientado pelos pressupostos da pesquisa-ação, que é concebida e realizada em associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e participantes da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo. Este trabalho tem como foco demonstrar como a identificação e, conseqüente, intercâmbio de conhecimento e informações podem contribuir de maneira satisfatória para o desenvolvimento de associações competitivas em regiões não tão próximas.

PALAVRAS-CHAVE: Centro de cerâmica; núcleo de incubação; associação.

PROPOSED ESTABLISHMENT OF A CENTER OF CERAMICS IN SALINAS, MINAS GERAIS

ABSTRACT

In order to minimize the socio-economic impacts experienced by the poor people of the city of Salinas, located in the state of Minas Gerais, it comes the process of business incubation as an alternative to the artisans to maximize the use of human, financial and material sources. Thus, denotes that, through the creation of an association of craftsmen can construct an alternative source of employment and income, and a response in favor of social inclusion. This work was developed during 2008 and aimed to identify the potential to be an association in the city of Salinas, so that it could deploy ceramic center in this city. We started from the assumption that an exchange of knowledge between the associations of artisans Mesoregion São João Del Rei, Minas Gerais, could contribute to the enrichment of the artisans of Salinas. From this identification and classification were proposed new alternatives for self-management, solidarity economy and cooperation so that the artisans of Salinas also can be assisted by the Technological Incubator of Popular Cooperatives, Federal University of São João Del Rei. The work was guided by assumptions of action research, which is designed and built along with an action or the resolution of a collective problem in which researchers and participants in the situation or problem are involved in cooperative mode. This work focuses on demonstrating how the identification and, consequently, exchange of information and knowledge can contribute in a satisfactory way for the development of competitive associations in areas not so close.

KEY WORDS: Center Ceramic; core incubation; association.

1. INTRODUÇÃO

Pequenas e médias empresas têm se associado ou construído relações interorganizacionais cooperativas, como redes, para acesso a recursos que viabilizem o crescimento organizacional (CASSIOLATO; LASTRES, 2004). Diante desta realidade, nota-se que a cooperação estabelecida nestas relações traz inúmeras vantagens. Tal fato pode ser evidenciado pelo atendimento às necessidades das empresas que seriam difíceis de serem alcançadas se estas atuassem de forma isolada.

Neste sentido, observa-se que tal cooperação pode ser uma boa alternativa também para pequenos produtores artesãos no intuito de aumentarem seu poder de competitividade no mercado. Segundo Malafaia *et al.* (2007), para que as empresas deixem a condição de concorrência isolada e passem a atuar em um contexto sistêmico, fazem-se necessárias mudanças na cultura organizacional dos agentes envolvidos e, ainda, encontrar meios para minimizar a falta de

coordenação e cooperação na cadeia produtiva. Portanto, uma alternativa para os artesãos que atuam de forma isolada, na cidade de Salinas, no Estado de Minas Gerais (MG) poderia ser a atuação na cadeia produtiva de cachaça, juntamente com os produtores da bebida, que é tradicional na cidade.

De acordo com Provan e Human (1999), as redes seriam mais vantajosas, do ponto de vista do aprendizado em comparação com as relações interorganizacionais tradicionais por estimularem o aprendizado por meio do compromisso e confiança construídos a longo prazo. Quando as empresas comprometem-se em relações de longa duração, elas normalmente alcançam melhores resultados com base na confiança construída do que pela simples competição, pois as informações começam a fluir mais abertamente entre os membros da rede, o que pode contribuir para a redução do oportunismo entre os mesmos.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi identificar as potencialidades para se constituir uma associação na cidade de Salinas (MG), para que se pudesse implementar o Centro de cerâmica nesta cidade. Partiu-se do pressuposto de que um intercâmbio de conhecimento entre as associações de artesãos da Mesorregião de São João Del-Rei (MG), pudesse contribuir para o conhecimento dos artesãos de Salinas (MG) sobre como seria atuar em associação com outros artesãos.

A partir desta identificação e classificação foram propostas novas alternativas baseadas na autogestão, economia solidária e cooperação para que também os artesãos de Salinas pudessem ser incubados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São João Del Rei - ITCP/UFSJ. Assim sendo, foram resgatados fundamentos sobre incubação tecnológica de cooperativas populares, economia solidária e empreendimentos solidários. Posteriormente, foram apresentadas as especificidades advindas com o intercâmbio de conhecimento e informação e, finalmente, foram propostas algumas reflexões sobre o tema.

2. A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E O CENTRO DE CERÂMICA DE SALINAS

O processo de incubação de empresas é uma alternativa para pequenos produtores e artesãos para a maximização da utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais de que dispõem, contribuindo para a sobrevivência das organizações que passam pelo processo de incubação.

O presente trabalho é parte de um projeto maior que foi desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São João Del Rei (ITCP/UFSJ) no período entre 2008 e 2010. A ITCP/UFSJ foi fundada em 31 de março de 1999 e a partir desta data, decidiu-se, como estratégia, contatar as diversas lideranças de trabalhadores para que se pudesse inseri-los em projetos.

Tal fato fez com que surgissem grupos de tecelões, mineradores, ceramistas, caminhoneiros, apicultores, ferroviários e guias turísticos. Este foi o início dos trabalhos da Incubadora e, em 2008, ano em que esta pesquisa foi desenvolvida, a ITCP trabalhava com 22 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) atendidos na Mesorregião de São João Del-Rei.

O projeto “Implementação do Centro de Cerâmica e Artesanato de Salinas”, que originou este trabalho, se destinava à valorização do produto do artesanato de cerâmica na cidade de Salinas, baseado em uma combinação de um Núcleo de Incubação (NINC) e uma Oficina-Escola local. O objetivo geral era implantar o Centro de Cerâmica de Salinas e criar novas perspectivas de negócio por meio do artesanato, contribuindo para a inclusão social e geração de trabalho e renda.

A cidade de Salinas, situada na região norte do Estado de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, é largamente conhecida e reconhecida no cenário nacional pela produção de cachaça. A cidade tem uma Associação de Produtores de Cachaça Artesanal (APACS) na qual estão associados 22 produtores e tem forte representatividade no ramo nacional e internacional na produção e distribuição de cachaça.

Para que Salinas possa se fortalecer ainda mais no mercado de aguardentes, o projeto, que deu subsídios para este trabalho, propõe como estratégia de agregação de valor ao produto, a criação e confecção de garrafas artesanais feitas de cerâmica. Para os artesãos desta região, o artesanato é uma atividade fruto da habilidade, destreza e da dedicação, além de ser fonte de sustento para quem o executa, traz um

sentimento de autoestima, de orgulho de si mesmo, que se transforma em mola propulsora para a construção da cidadania.

Assim, denota-se que a economia solidária pode ser uma alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. O impacto socioeconômico deste projeto pode ser extremamente relevante uma vez que visa intervenção tecnológica junto ao artesão e ao pequeno e médio empreendedor. Além disso, Salinas já possui uma possibilidade de mercado estabelecida em torno do potencial aglomerado produtivo em torno da produção de cachaça.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS

O termo “Economia Solidária” apareceu, no Brasil, pela primeira vez em 1996, citado por Paul Singer no artigo “Economia solidária contra o desemprego”, publicado pelo jornal “Folha de São Paulo” (PINTO, 2006). Segundo dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2011), dos 21.859 empreendimentos existentes no Brasil, 61,49% são associações ou cooperativas. Ou seja, há um número expressivo de empreendimentos que produz de acordo com princípios da economia solidária no país.

Bertucci (2005) conceitua a Economia Solidária como sendo uma associação coletiva (formal ou informal) onde há socialização dos meios de produção; as decisões técnicas e gerenciais são tomadas de forma coletiva (autogestionária) pelos atores envolvidos; não é uma associação a serviço somente dos seus sócios, mas de toda a comunidade.

Metello (2007) concorda com Bertucci (2005) e acrescenta que as trocas firmadas na economia solidária não são meramente econômicas, mas também vinculadas ao contexto local das relações sociais. A cooperação e a solidariedade estão presentes nas relações estabelecidas entre seus participantes que têm foco no trabalho e não na busca pela maximização do lucro.

Sinteticamente, em entrevista, Paul Singer afirmou que economia solidária é

como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja,

os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. (OLIVEIRA, 2008, p. 289)

Nota-se que o que está implícito na Economia Popular Solidária é a valorização das ações baseadas em cooperação, companheirismo, comunidade, coletivo e coordenação. Os empreendimentos verdadeiramente solidários possuem na sua base relações solidárias e autogestionárias.

Segundo Gaiger (2004, p. 11),

as propriedades de um EES (Empreendimentos Econômicos Solidários) giram em torno de oito princípios, que se espera ver internalizados na compreensão e na prática das experiências associativas [que seriam]: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Para o autor, os princípios de “autogestão”, “democracia” e “participação” parecem indissociáveis entre si e dizem respeito ao processo de tomada de decisão democrática no interior dos EES, no qual todos os trabalhadores têm a oportunidade de participar. A autossustentação se refere à autonomia financeira do empreendimento, já o “desenvolvimento humano”, “cooperação” e “igualitarismo” estão ligados ao caráter humanístico dessas iniciativas. O ser humano e o trabalho são o centro do processo produtivo de um EES. As relações sociais presentes nos EES superam a mera relação organizada em torno do trabalho, compreendendo também laços afetivos.

Beatriz (2007) explicita a importância da autogestão como um dos princípios básicos deste novo modelo de desenvolvimento econômico e social, buscando a emancipação do trabalhador e da trabalhadora, culminando numa sociedade sem classes. Neste contexto, pratica-se a autogestão de modo que os trabalhadores do empreendimento sejam responsáveis pela tomada de decisões; eles têm igualdade de direito e de responsabilidades (TAUILE; RODRIGUES, 2004); são eles que decidem o rumo do empreendimento e que, de maneira democrática, por meio de voto direto (ou representações, no caso de cooperativas de grande porte), elegem sua coordenação ou direção.

A Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (2008) considera a autogestão como uma organização na qual as atividades econômicas e as relações combinam propriedade e controle dos meios de produção de maneira democrática e participativa. Cançado (2009) afirma, diante de análise de obras de diversos autores que escreveram sobre o tema, que autogestão é um modo de organização do trabalho, onde não há separação entre a concepção e execução e os meios de produção são coletivos, caracterizando-se ainda pela presença de um processo de educação em constante construção na organização.

Para Singer (2002, p. 18), nos EES, a prática da autogestão resulta em uma inversão de valores, ou seja, “as ordens e instruções devem fruir de baixo para cima [...]. A autoridade maior é a assembleia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração.” Em outras palavras, a gestão parte do todo. Segundo Beatriz (2007), ao renunciar à hierarquia tradicional e assumir o pressuposto autogestionário, o trabalhador passa de coadjuvante a autor do processo de gestão, o que implica responsabilidades e consequências.

As cooperativas e associações são exemplos de empreendimentos autogestionários. Oliveira (2006) afirma que existem três correntes distintas no que se refere à compreensão do cooperativismo. Uma delas seria a defendida por grande parte dos representantes da Aliança Cooperativista Internacional, no qual o cooperativismo é visto como “um fim em si”. A outra se utiliza do cooperativismo para “reforçar os princípios liberais”, e é liderada por representantes das grandes Cooperativas Agropecuárias brasileiras. Por último, existe a concepção de que o cooperativismo é um instrumento de construção de alternativas econômicas para um contingente excluído do mercado formal de trabalho, buscando o desenvolvimento local e solidário.

Então, tendo por base os conceitos de Economia Solidária e empreendimentos autogestionários, assume-se que o artesanato, tema desta pesquisa, constitui uma forma de produção coletiva e solidária. Cabe ressaltar que a atividade artesanal dificilmente conseguirá competir em eficiência com o produto industrial de larga escala. Para tanto, esses empreendedores precisam adotar como estratégia de

sobrevivência a opção de oferecer produtos com melhor acabamento, originalidade, exclusividade e singularidade, no intuito de atingir consumidores mais exigentes e direcionados a produtos personalizados.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido durante o ano de 2008 e faz parte de um projeto maior que tinha como previsão de encerramento o ano de 2009. Este projeto foi orientado pelos pressupostos da pesquisa-ação. A pesquisa-ação é concebida e realizada em associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e participantes da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo.

No dizer de Souza (1993), é uma forma dinâmica de pensar e conduzir o processo de pesquisa. A pesquisa-ação, no seu entendimento, difere da pesquisa convencional no que diz respeito ao trato da população envolvida e também quanto aos objetivos.

Na pesquisa convencional a população investigada é mera informante e, quanto aos objetivos “em geral, se encerram na quantificação empírica da realidade social, desconhecendo os elementos fundamentais da sua dinâmica.” (SOUZA, 1993, p. 201). Por outro lado, na pesquisa-ação, a comunidade se torna, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de conhecimento. A comunidade se envolve com a pesquisa porque a ela responde aos seus “interesses e preocupações” (SOUZA, 1993, p. 202).

Uma questão a ser mencionada é que, para esse trabalho, a pesquisa-ação pode ser entendida também, segundo defendem alguns autores, como pesquisa participante. Entretanto, há que ressaltar que há quem faça distinções entre pesquisa-ação (PA) e pesquisa participante (PP). Haguette (1992, p. 111), por exemplo, difere a pesquisa participante da pesquisa-ação e caracteriza as duas separadamente. A autora prefere “reservar o termo pesquisa-ação para as práticas de origem européia, e pesquisa participante para aquelas que tiverem a América Latina como lócus de investigação”, porém ela não apresenta argumentos sustentadores para o estabelecimento dessas diferenças.

Thiollent (1988, p. 7) prefere outro caminho e afirma que PA e PP são frequentemente dadas como sinônima, mas ele defende que essa afirmação não é adequada, “porque a pesquisa-ação, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante”.

Sob o ponto de vista de Gajardo (1986), a pesquisa-ação é um estilo participante de pesquisa e, portanto, há íntimo relacionamento teórico e conceitual entre as duas. A seu ver são três enfoques que consideram a pesquisa como um processo que abre as portas para a participação de setores populares na criação e no desenvolvimento de programas de ação social e educacional: pesquisa ativa, pesquisa na ação e pesquisa participante. Em todas elas existe um componente educacional, sendo o planejamento do desenvolvimento local e comunitário, assim como a ação educativa, seus contextos mais frequentes de aplicação.

Outros autores, como Oliveira e Oliveira (1988), Le Boterf (1985) não fazem distinção entre a PP e a PA. Do mesmo modo Demo (1995, p. 231) que afirma:

Não fazemos aqui distinção entre pesquisa participante e pesquisa-ação, porque nos parece que o compromisso com a prática é o mesmo em ambas, ainda que pudéssemos inventar filigranas, do tipo: nem toda ação precisa ser diretamente política, o que levaria a aceitar que participação é apenas um tipo de ação social.

Aceitando esta proposição de Demo (1995) tem-se que a pesquisa-ação pode surgir a partir de contatos e diálogos com a população, os quais podem denotar uma questão central para ela, tornando-se a população foco de interesse em torno da qual reflexões e ações passam a ser desenvolvidas.

Thiollent (1988) destaca a possibilidade do processo da pesquisa-ação iniciar também a partir de interesses já conhecidos da população, nesse sentido, discute-se com ela a significação social desses interesses e como equacionar o modo de conduzir à investigação necessária.

É importante ressaltar que não se parte aqui de uma visão objetivista da realidade, mas sim de uma construção social dessa realidade. Por isso, acredita-se que a pesquisa-ação seja um caminho pertinente ao considerar sua flexibilidade e construção que acontece por meio de várias mãos. Assim, autores que defendem esta

metodologia, como Thillent (1988), afirmam que na pesquisa-ação, não é necessário seguir uma série de fases rigidamente ordenadas. Há sempre necessidade de se fazer adaptações de acordo com o andamento dos trabalhos e interferências dos diversos atores participantes do processo. Porém, cabe ressaltar que, embora o projeto que deu origem a esse trabalho tenha sido construído com base nos pressupostos da pesquisa-ação, este estudo consiste em uma exploração do campo que foi realizada antes da pesquisa-ação propriamente dita e se baseou em seus pressupostos, mas, também em entrevistas e observações não participantes.

5. IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE CERÂMICA EM SALINAS/MG

O processo de implantação do Centro de Cerâmica de Salinas/MG teve início a partir da identificação de uma demanda social. A população carente de Salinas, em grande medida, obtém o sustento familiar a partir de alguma atividade de base artesanal.

Com base neste aspecto, detectou-se que o artesanato seria uma potencialidade de desenvolvimento para a cidade. Para tanto, foi constituído um Núcleo de Execução do projeto (NEx), cujos componentes eram do Centro de Tecnologia de Produção Artesanal (CTPA), Laboratório para Certificação e Caracterização de Materiais (LCCM), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/ITCP, Incubadora de Desenvolvimento Tecnológico e Setores Tradicionais do Campo das Vertentes - INDETEC, da UFSJ e Grupo de Pesquisa de Base Artesanal - GBARTE (UFSJ/UFMG). Este NEx se reuniu diversas vezes para dar início e continuidade às atividades propostas para implantação de referido centro de cerâmica. Em um primeiro momento, foi identificado e classificado o público-alvo ao qual se destinaria os investimentos em formação e qualificação artesanal. Este processo foi efetuado em etapas que serão explicitadas a seguir.

5.1 1ª Etapa do processo de implantação do Centro de Cerâmica - *Material de apoio*

Nesta primeira etapa, a partir das informações coletadas, por meio de entrevistas, no momento de caracterização do público-alvo deste trabalho, foram identificadas as suas carências e suas prioridades de formação. Em seguida, foram desenvolvidas cartilhas autoexplicativas com temas ligados à autogestão, cooperativismo, economia solidária, formação de preço, plano de negócios, empreendedorismo e contabilidade, que foram utilizadas como material de apoio e treinamento. Foi este o fator motivador para o segundo passo para a consolidação do Centro.

5.2 2ª Etapa do processo de implantação do Centro de Cerâmica – *Caracterização dos artesãos na Mesorregião de São João Del Rei/MG e intercâmbio de informações*

Com o intuito de estabelecer um paralelo e um intercâmbio de informações e conhecimentos, foi feito um levantamento da população ceramista na Mesorregião de São João Del-Rei, e posteriormente, também foi mapeada a população e as condições dos empreendimentos em Salinas. Esta troca de experiências entre os artesãos das áreas em questão, através da Incubadora e o Núcleo de Incubação (NINC) foi de extrema relevância para a materialização do Centro de cerâmica.

No levantamento dos artesãos ceramistas da Mesorregião de São João Del-Rei foram observadas algumas características relevantes. As comunidades visitadas foram Prados, César de Pina, Barroso e Rio Acima. Ao estabelecer contato com os ceramistas locais, pôde-se notar que a maioria deles está em franca produção. Através das entrevistas realizadas constatou-se que muitos dos artesãos aprenderam a produzir com um mestre, a partir de técnicas apreendidas, os mesmos começaram a fabricar suas obras sozinhos. Os ensinamentos absorvidos durante os cursos, tais como procedimentos e tecnologias utilizadas no processo de criação, em alguns casos foram disseminados e, em raros casos modificados.

O contato direto com os produtores locais tornou possível conhecer a realidade e os trabalhos de cada um deles. A maioria deles possui peças prontas em casa e fizeram questão de mostrá-las, grande parte dos produtos apresentados são enfeites para decoração de interiores. Quando questionados sobre o processo de produção e criação relataram que a matéria-prima é, que em muitos casos, adquirida

no próprio terreno. O procedimento de escolha do material não é feito por todos, pelo menos se o fazem é instintivamente e sem técnica relatada, os que afirmaram escolher a matéria-prima, deixaram claro que esta escolha se dá em virtude da profundidade de coleta da argila. É de acordo com a profundidade que se tem maior grau de pureza e qualidade do material a ser trabalhado. Além disso, alguns artesãos mais experientes fazem a escolha de acordo com a aparência e textura da argila.

Além disso, foram questionados acerca da transformação da argila em peças de cerâmica. A maior parte dos entrevistados afirmou que o processo é manual e utilizam ferramentas como facas, espátulas, palitos de dentes, palitos de picolés, rolos, vareta de bambu e também algumas variações de ferramentas produzidas pelos próprios artesãos.

Apenas um deles afirmou utilizar moldes para fabricar suas peças. E para finalizar o processo produtivo, eles também relataram como é feito o acabamento das peças. As técnicas utilizadas são rudimentares e apresentam pouca variação de artesão para artesão. A maior parte deles afirma que apenas alisa a peça com as próprias mãos umedecidas e coloca para secar, para depois ir ao forno. Depois de queimada, a peça é lixada e em alguns casos são feitas pinturas para finalizar a peça.

Outro processo relatado consiste em friccionar um plástico contra a peça já seca para conferir-lhe brilho. Em alguns casos, as saliências ou relevos das obras são retirados com o auxílio de uma faca, e só depois disso ela é levada ao forno para queimar.

Depois que as peças estão prontas, surge outro passo importante na cadeia produtiva que é o armazenamento, comercialização e distribuição dos produtos. A maior parte das pessoas que estão em atividade e participam de algum tipo de associação armazenam suas peças na sede da organização.

Dentre aqueles que não estão agrupados, o local mais comum de armazenamento é na própria casa, em espécies de oficinas ou atelier. Durante as entrevistas, foi registrado apenas um caso, na cidade de Prados (MG), no qual o artesão não possui estoque, que trabalha, praticamente, em função das encomendas que recebe.

Em se tratando da forma de comercialização, o meio de escoamento mais comum entre os artesãos participantes deste levantamento são as vendas diretas ao comprador, que podem ser turistas, pessoas da comunidade ou lojistas de cidades vicinais. A entrega e distribuição das peças são feitas diretamente ao comprador, no caso das vendas diretas. E pode, ainda, ser realizada por meio de transportadoras e correios, em caso de encomendas.

A grande maioria dos entrevistados não está associada, trabalha de forma autônoma. E através dos depoimentos coletados, pode-se depreender que muitos não têm conhecimentos referentes à formação de preço, controle financeiro ou gestão de estoques.

Para avaliar as obras, alguns artesãos levam em consideração o tempo gasto para produzir as peças, a matéria-prima utilizada, o valor gasto com a queima dos produtos, e em alguns casos o preço é praticado de acordo com o comprador, existem preços diferenciados para varejistas e atacadistas. Outros atribuem preço com base apenas no valor do quilo da argila, acrescentando uma margem de 30% a este valor.

Por outro lado existem aqueles, em menor proporção, que calculam desde o valor gasto com a lenha ou com o tempo demandado para cortá-la, acrescentam o gasto com o carreto destinado a buscar o barro, destina uma boa margem para a própria criatividade no desenvolvimento da peça e mão de obra.

5.3 3ª Etapa do processo de implantação do Centro de Cerâmica - *A importância das Associações para os associados*

Grande parte dos entrevistados não possui conhecimento acerca de gestão de negócios e formação de preços. Por este motivo, muitas pessoas não praticam nenhum método de formação de preço e também não tem a menor noção de como se faz isso. Deixam que o próprio comprador coloque preço o que resulta em práticas de preços insustentáveis, gerando impacto negativo no fluxo de entradas e saídas da produção do artesanato.

No discorrer das questões levantadas, curiosamente, a maioria dos artesãos não faz controle financeiro de suas entradas e saídas. Foram raros os casos em que se obtinha uma resposta afirmativa para esta pergunta, salvo exceção para aqueles que

estavam ligados diretamente a algum empreendimento coletivo. Quanto à gestão de estoques, boa parte deles tem controle através de anotações que constam quantidade de peças armazenadas e as respectivas datas.

Avaliado o grupo como um todo, nota-se que grande parte dos artesãos que foram entrevistados, participa de alguma associação ou cooperativa. Dentre os que não fazem parte, apenas duas já participaram e deixaram o grupo por motivos específicos. Ambas pertenciam a Associação dos Artesãos de Prados e se afastaram por julgarem que a mesma não atendia aos interesses dos artesãos e sim de uma minoria que ocupava cargos de diretoria.

Apesar de não participarem mais, ambas demonstraram interesse em voltar a participar de uma associação, desde que ela seja bem administrada e tenha respeito pelos interesses dos artesãos. E um fato positivo é que entre as pessoas que nunca participaram de uma associação, uma porção considerável tem interesse em participar.

E quanto à percepção dos artesãos acerca da importância das associações coletivas, foi solicitado a eles que dessem a sua opinião sobre o assunto. O resultado foi satisfatório, pois a grande maioria conseguiu elucidar pelo menos um motivo pelo qual consideram a associação importante.

Após estas constatações e tendo por base o desejo de promover um intercâmbio de conhecimento entre os artesãos ceramistas da Mesorregião de São João Del-Rei e Salinas, foram feitas diversas visitas à cidade de Salinas.

A primeira foi realizada no intuito de estabelecer vínculo com a população e órgãos competentes, que foram essenciais para o sucesso deste primeiro contato. De posse de algumas informações pode-se conhecer pessoas e elementos-chave para o desenvolvimento das atividades propostas no projeto.

A sequência do trabalho se deu a distância, pois houve um contratempo. Foi estabelecida uma parceria com a Prefeitura Municipal de Salinas na qual esta se comprometia a ceder um espaço para consolidação do Centro. Na primeira visita feita a cidade, foi apresentado um local para este fim, porém em contatos posteriores a Prefeitura voltou em sua decisão e não definiu um novo espaço até o momento que

se encerrou o presente levantamento, o que resultou em um atraso na execução de algumas atividades propostas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de identificar as potencialidades para se constituir uma associação na cidade de Salinas/MG, para que se pudesse implementar o Centro de Cerâmica nesta cidade foi proposta a identificação do público-alvo. A partir daí, verificou-se a necessidade de um diagnóstico mais profundo da realidade apresentada.

Com isso, foi proposto um levantamento e caracterização dos artesãos e associações incubados pela ITCP/UFSJ no sentido de promover um intercâmbio de conhecimento entre os artesãos de salinas e São João Del Rei. Partiu-se do pressuposto de que um intercâmbio de conhecimento entre as associações de populares da Mesorregião de São João Del-Rei (MG) pudessem contribuir para o enriquecimento dos artesãos de Salinas.

Assim, a identificação e classificação dos artesãos em ambas as regiões foram extremamente válidas para que a implantação do Centro de cerâmica se desse em momento oportuno e que os beneficiados pudessem usufruir de tudo extraindo o que de melhor a ITCP/UFSJ pudesse oferecer a eles. Com isto, foram propostas novas alternativas de autogestão, economia solidária e cooperação para que também os populares de Salinas pudessem entender e aprender novas práticas de gestão de seus negócios.

O presente trabalho teve por finalidade possibilitar novas perspectivas de desenvolvimento autossustentado, propondo novas possibilidades de inclusão social, trabalho e renda, por meio do artesanato. Para tanto, procurou-se promover a mobilização dos artesãos para qualificação e organização, mediante a disponibilização de cartilhas, além de fortalecer o desenvolvimento e valorização do produto e dos processos.

Tendo por base o suporte técnico, estrutural e científico dado pelo Laboratório de Certificação e Certificação e Caracterização de Materiais da UFSJ - LCCM, a

implantação da Oficina-Escola e o Núcleo de Incubação (NINC) puderam avaliar a possibilidade de promover e acompanhar a confecção de produtos, disseminar conhecimentos básicos e específicos de gestão, e, ter efeito multiplicador, uma vez que visam incrementar a inovação e a inclusão de mais pessoas em situação de exclusão.

O Centro de Cerâmica e Artesanato, até a finalização do levantamento que resultou o presente trabalho, não foi implantado, pois como já citado anteriormente, foi estabelecida uma parceria com a Prefeitura Municipal de Salinas e esta não disponibilizou o local para implantação do Centro. Por este motivo, o projeto está com algumas de suas ações em atraso de acordo com o cronograma pré-fixado. Por causa deste empecilho, o Núcleo de Execução está impossibilitado de prosseguir com algumas das ações propostas. Isto porque, não há infraestrutura para execução do projeto, uma vez que não há local definido e próprio para capacitação, orientação e confecção de produtos. Vale ressaltar que este é um trabalho preliminar e que novas ações serão delineadas e executadas.

Acrescenta-se que esta pesquisa-ação certamente não esgota as vantagens e desvantagens de se constituir redes de ação participativa entre cooperados, nem as dificuldades advindas com a constituição de associações populares. Este trabalho visa demonstrar como a identificação e, conseqüente, intercâmbio de conhecimento e informações pode contribuir para o desenvolvimento de associações competitivas em regiões não tão próximas.

Enfim, a intenção deste artigo foi propor um debate sobre o reconhecimento crítico dos valores pragmáticos em processos de incubação e empreendimentos coletivos. E, para pesquisas futuras, sugere-se uma avaliação da atual condição em que se encontra o Centro de Cerâmica de Salinas e os desdobramentos que trouxe para a comunidade local.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO. **Autogestão**. Disponível em: <http://www.anteag.org.br/index.php?option=com_content&task=section&id=5&Itemid=84> Acesso em: 18 de jun. de 2008.

BEATRIZ, M. Z. **Os sentidos da Economia Solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa.** 2007. Tese (Programa de Pós-Graduação em em Psicologia Social). PUC, São Paulo.

BERTUCCI, J. O. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual: um estudo sobre experiências em Belo Horizonte.** 2005. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CANÇADO, A. C. A Construção da Autogestão em Empreendimentos da Economia Solidária: uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. **Revista Eletrônica de Gestão, Picos**, v. 2, n. 2, p. 56-72, mai./ago. de 2009.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: **Relatório de atividades do referencial conceitual, metodológico, analítico e propositivo - RedeSist.** Rio de Janeiro: UFRJ/SEBRAE, 2004.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3ª ed., São Paulo: Atlas, 1995.

GAIGER, L. I. (org). **Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAJARDO, M. **Pesquisa participante na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1992.

LE BOTERF, G. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, C. R. (org.) **Repensando a Pesquisa participante.** 2. ed., Cap. 5, São Paulo: Editora Brasiliense, 1985 p. 51-81.

MALAFAIA, G. C.; WEGNER, D.; MACIEL, A. C.; CAMARGO, M. M. E. Capital social e a construção da confiança em redes de cooperação: mudando padrões de relacionamentos na pecuária de corte. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO

NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

METELLO, D. G. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama - Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico.** 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, B. A. M. de . As cooperativas populares como ambientes de multiplicação de capital social e de sustentação da economia solidária. In: CARNEIRO, M. J.; FLÁVIO, L. (Orgs.). **Cadernos de Textos do CPDA.** 22 ed. Rio de Janeiro: 2006, v. 01, p. 103-123.

OLIVEIRA, P. S. Economia solidária: entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**, v. 62, n. 22, p. 288-314, 2008.

OLIVEIRA, R. D.; OLIVEIRA, M. D. **Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la.** 2 ed., cap.3, In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) Pesquisa participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

PINTO, J. R. L. **Economia solidária: de volta à arte da associação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PROVAN, K. G.; HUMAN, S. E. Organizational learning and the role of the network broker in small-firm manufacturing. In: GRANDORI, A. **Interfirm networks: organization and industrial competitiveness.** London: Routledge, 1999.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de comunidade e participação.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

TAUILE, J. R; RODRIGUES, H. **Economia Solidária e Autogestão: A Criação e Recriação de Trabalho e Renda.** IPEA, v. 9, n. 24, p. 35-43, 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1988.

AGRADECIMENTOS

À CAPES e FAPEMIG pelo apoio financeiro dedicado a este trabalho.

NOTAS

⁽¹⁾ Doutoranda em Estudos Organizacionais e Sociedade pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (CEPEAD/UFMG), mestre em Administração na área de Organizações, gestão e sociedade pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) e graduada em Administração pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Atua, especialmente, em estudos organizacionais focados na gestão ordinária na vida em sociedade.

⁽²⁾ Possui graduação em Administração (1980) e mestrado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (1987) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). É professor associado da Universidade Federal de São João Del-Rei, criou o projeto de pós-graduação e coordenou programas de MBA em Administração. Na UFSJ é coordenador do Centro de Produção Artesanal/CTPA e da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/ITCP. Tem experiência na área de Administração, praticamente em todas as suas áreas e vem atuando principalmente nos seguintes temas: compartilhamento entre firmas, alianças, redes e aglomerações, cooperativismo, gerência de organizações, empreendimentos de base artesanal, administração geral, projetos.

⁽³⁾ Pós-doutoranda na ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES COMMERCIALES - HEC - Montreal desde setembro de 2012. PhD em Administração pela Universidade de Reading - UK em 2000 Mestre em Administração pela UFLA em 1992. Professora Adjunto II da UFLA desde março de 2008 Professora permanente do PPGA e PPGAP UFLA atuando nas áreas de Administração de RH, Gestão de Organizações Sociais, Metodologia de Pesquisa em Administração e Estágio Docência. Coordenadora do PPGEN da UFRRJ de maio de 2002 a junho de 2007. Coordenadora do curso de Administração a Distância da UFRRJ/CEDERJ de 2005 a janeiro de 2008. Coordenadora do curso de Administração Pública a distância da UFLA/UAB de agosto de 2009 a junho de 2010.

⁽⁴⁾ Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), mestrado e doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) na área de Organizações, gestão e sociedade. Tem experiência na área de Administração Geral, atuando principalmente nos seguintes temas: Administração Pública, Gestão Social e Desenvolvimento e Segurança Pública.

Enviado: 02/09/2011

Aceito: 17/10/2011

Publicado: 30/11/2012